

Apresentação

A crise financeira de 2008 e seus desdobramentos sobre as economias desenvolvidas e em desenvolvimento colocou em cheque paradigmas do pensamento econômico convencional como a hipótese de mercados eficientes. Neste novo contexto econômico, o consenso atual aponta na direção de que mercados, em especial os financeiros, para atuarem de forma eficiente, devem ser regulados.

O *dossiê* apresentado nesta edição da revista *Econômica* levanta o debate sobre o papel da regulação financeira na explicação da crise financeira internacional. A escolha do tema, justificado não só por sua relevância para a pesquisa acadêmica como pela sua atualidade, se reveste de especial interesse para a revista *Econômica* pois recentemente (junho 2013) professor Carlo Panico ministrou palestras sobre Teoria Monetária e Crises Financeiras nos cursos de pós graduação de Economia e Ciência Política da UFF. A ênfase dos debates recaiu sobre os dilemas enfrentados pelos gestores de política econômica dos países europeus para restaurar o grau de confiança nas expectativas empresariais em economias com longo período de baixo crescimento e em um contexto mundial de elevada incerteza regulatória. A agenda em defesa da regulação financeira é hoje em dia a fronteira da pesquisa em Teoria Monetária e neste sentido os editores da revista *Econômica* manifestam seu agradecimento ao professor Carlo Panico e co-autores, extensivo aos comentaristas, por contribuírem para o *dossiê*.

O debate sobre regulação financeira é introduzido no *dossiê* no texto de autoria dos professores Carlo Panico, Antonio Pinto, Martín Puchet Anyul e Marta Vazquez Suarez, que apresenta uma exaustiva análise da evolução dos instrumentos de regulação financeira, desde a 'era pós Bretton Woods' até a 'era contemporânea', mostrando como a passagem de uma abordagem 'discricionária da regulação', para uma abordagem 'baseada em regras', resultou em menor crescimento e maior instabilidade financeira.

Em seus comentários, Luiz Fernando de Paula analisa aspectos complementares à análise dos autores, recuperando a literatura sobre '*finance led growth*', ou 'financeirização', para mostrar a relação entre crescimento do setor financeiro e o aumento da desigualdade social. Recupera também as contribuições de Minsky sobre a teoria de fragilidade financeira para mostrar que as mudanças recentes no sistema financeiro internacional potencializaram a tendência de fragilidade financeira que é inerente de economias capitalistas em expansão.

José Luis Oreiro apresenta seus comentários questionando a análise de Panico e co-autores nas seguintes bases: primeiro, a relação de causalidade entre a evolução da regulação financeira e do desempenho econômico ocorre na direção da desregulamentação propiciando maior crescimento. Isto ocorre porque o propósito da desregulamentação é, como afirma o autor, justamente aumentar a elasticidade do crédito e aumentar os preços dos ativos. Neste sentido, complementa afirmando que a desregulamentação dos mercados financeiros foi funcional para o desenvolvimento, e resultado do domínio da agenda neo-liberal depois de 1980.

Carmem Aparecida Feijo e Marcos Lamônica desenvolvem seus comentários reconhecendo o processo de desregulamentação financeira como uma estratégia de desenvolvimento na agenda neo-liberal que contudo, conforme apontado por Minsky, leva a mais instabilidade econômica. Focando no desenvolvimento recente da economia brasileira os autores argumentam que uma das consequências negativas da agenda neo-liberal pode ser sintetizada na elevada volatilidade da taxa de câmbio nos anos 2000. Concluem, em linha com Panico e co-autores, que mais regulação é necessária para a retomada do crescimento em bases sustentáveis.

Na seção de artigos submetidos, temos “*Asymmetric Price Transmission between the Wholesale and Retail Segments: an Empirical Study for Local Vegetable Markets*” de autoria de Marcelo Resende, que investiga a prevalência de transmissão assimétrica de preços de atacado e varejo de produtos vegetais do Rio de Janeiro nos anos de 2007/8. O autor mostra econometricamente que não há evidências de transmissão assimétrica de preços, a não ser em um produto quando os mercados são considerados separadamente.

Outro artigo apresentado é “*Violência e desempenho dos alunos nas escolas brasileiras: uma análise a partir do SAEB 2011*” de autoria de Victor Rodrigues de Oliveira e Diego Ferreira. Os autores analisam a relação entre diferentes indicadores de violência e a proficiência dos alunos do ensino fundamental e médio. Mostram que a violência afeta negativamente a proficiência dos alunos e que isto se diferencia entre escolas públicas e privadas. O efeito é mais homogêneo nas escolas públicas e mais heterogêneo entre as privadas.

O último artigo que encerra este número é “*Qualificando o caráter ‘regressivo’ da especialização industrial do Brasil*” de Ana Urraca-Ruiz, Jorge Nogueira de Paiva Britto e Karla Sarmento Gonçalves de Souza. Mostram que não é possível qualificar a estrutura produtiva brasileira como regressiva por várias razões que consideram as especificidades produtivas e os impactos resultantes sobre os padrões de inovação do Brasil.